



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**NO CALOR DA HORA: O PERÍODO PÓS-DITADURA À LUZ DA HISTÓRIA DO  
TEMPO PRESENTE EM TEMPOS DE CAOS POLÍTICO<sup>1</sup>**

Paula Franco<sup>2</sup>

**Resumo:** Em toda a América Latina as ditaduras militares que marcaram a década de 1970 figuraram como ponto de inflexão tanto para os processos políticos que se seguiram quanto para a maneira como as Humanidades elaboraram formas de refletir sobre acontecimentos traumáticos e definidores do campo político e social. No Brasil, mesmo 35 anos após o fim oficial deste período, a ditadura é constantemente evocada em discursos oficiais e entre diversos setores da sociedade civil, seja para reforçar a necessidade de superação do passado repressivo, seja no compromisso de positivar a experiência ditatorial. Esta dualidade discursiva tem ganhado mais destaque após as últimas eleições, em 2018, e principalmente com a efetivação do novo governo, em 2019. Considerando a preponderância desta questão no último ano, esta apresentação visa expor como as produções em História e particularmente em História do Tempo Presente têm apresentado análises a esse respeito, bem como quais as maneiras metodológicas e teóricas que a área tem potencial de apresentar para contribuir com análises que visam compreender este fenômeno.

**Palavras-chave:** história do tempo presente, pós-ditadura, historiografia, Brasil.

**I. O CALOR: HISTORIADORAS E HISTORIADORES NO ESFORÇO DE  
COMPREENDER O PRESENTE**

Quando a proposta de reflexão para esta apresentação foi elaborada, no mês de fevereiro de 2020, minha perspectiva estava sob influência principalmente de alguns argumentos que vinha desenvolvendo junto a um pequeno grupo de pessoas que também tinham pesquisa no vasto campo cronológico e interpretativo do “pós-ditadura” brasileiro<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnologia (processo 140402/2020-9).

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB), e-mail para contato paulafranco.historia@gmail.com.

<sup>3</sup> Trata-se da jurista e Professora do curso de Direito da Unifesp Carla Osório, do cientista político atualmente realizando pós-doutorado no Núcleo sobre Violência de Estado (NEVE-USP) Pedro Rolo Benetti e do historiador e mestrando na Universidade de Lisboa Caio B. P. M. Cateb. Da ação em conjunto derivaram-se dois



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Naquele momento, nosso esforço principal era o de observar, sistematizar, registrar e interpretar ‘no calor da hora’ como as mudanças, intervenções e ações do novo governo federal impactaram os organismos ligados à lógica das políticas da justiça de transição, de memória, verdade e reparação no Brasil. Como se tratava de um grupo interdisciplinar formado por profissionais de diferentes áreas ainda que todos ligados ao “diverso campo dos direitos humanos”, nossa proposta conectava-se sobretudo à ideia de estabelecer uma análise preliminar marcada pelo “desafio de compreender quais são as estratégias políticas, discursos públicos e medidas administrativas empregadas no esforço a dar concretude às falas acima referidas” (BENETTI et. Al., 2020, p. 3). Referíamos-nos, aqui, aos discursos de Jair Messias Bolsonaro elogiosos à ditadura militar, o que representou uma novidade em relação aos presidentes e à presidenta anteriormente empossados e empossada desde a década de 1980. Naquele momento, inscrevemos nossas reflexões no campo da análise de conjuntura política, considerando que os argumentos, sistematizações e interpretações desenvolvidos ali estariam menos comprometidos com teoria-metodologia-resultado e mais ligados a um espaço onde “fórmulas prontas precisam ser revisadas”, uma “navegação sem mapa, onde caminhos prontos podem e devem ser refeitos a qualquer momento a partir dos novos desenvolvimentos dos eventos” (BENETTI et. al., 2020, p. 3).

Como historiadora, a experiência de refletir coletivamente sobre esses acontecimentos do presente que impõem uma necessidade de considerar outras unidades temporais – passados e futuros – despertou o ímpeto de compreender como meus pares estão considerando o momento de “caos político”<sup>4</sup> para desdobrarem suas investigações a respeito da ditadura militar e do pós-ditadura, considerando-os como acontecimentos não necessariamente restritos a um tempo passado. A História do Tempo Presente – ainda que não apenas ela –,

---

textos publicados: i) BENETTI, et. al. “As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro: entre a negação e o desmonte”. In: Revista Mural Internacional. Rio de Janeiro, vol. 11, 2020 ii) CATEB, et. al. “A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia no primeiro ano do governo Bolsonaro”. In: TELES & QUINALHA. *Espectros da Ditadura: da comissão da verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Além disso, a parceria também resultou em uma apresentação durante o 44º Encontro da ANPOCS, mais especificamente no Seminário de Pesquisa Pós-Graduada *Memória, Verdade e Justiça no Brasil: passado presente?*, no qual pudemos contar com os apontamentos de colegas, especialmente dos proponentes os Professores Christian Jecov Schallenmüller (UFRGS), Bruno Boti Bernardi (UFGD).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



afinal, assume o desafio de repensar as fronteiras das unidades temporais e assumir o agora como espaço cronológico de elaboração da análise.

Nesse sentido, a ideia de caos político apresentada neste texto guarda relação com o fato de o Brasil do momento presente estar flagrantemente submetido a alterações significativas de balizas morais que, até pouco tempo, imperavam como relativos consensos. Não se despraza, aqui, a continuidade da violência estatal que se mantém historicamente no país, porém também não se ignora a intensificação dos processos de militarização do aparato público mais especificamente após 2013 e, de maneira ainda mais acentuada, após 2016 (TELES, 2018, p. 66). Mais que isso, há uma especial alteração ou um arrefecimento das opiniões celebrativas em relação à ditadura militar. Para a pesquisadora da University of Konstanz, a historiadora Nina Schneider, em relação ao processo eleitoral de Bolsonaro:

While analysts have offered a variety of different explanations for his presidential victory, the phenomenon also suggests that his voters have never truly engaged with the history of the post-1964 dictatorship, a regime that systematically tortured several thousand citizens and killed or disappeared hundreds more (see, e.g., CNV). (SCHNEIDER, 2020).

As palavras de Schneider sugerem, de alguma maneira, que a despeito do tempo transcorrido entre o marco histórico e a atualidade e apesar do próprio envolvimento pessoal com o evento histórico, 1964 é uma chave essencial para analisar o cenário político atual.

Nesta análise, autoras e autores serão colocados em diálogo com objetivo de mapear quais temas estão no radar historiográfico de profissionais que pesquisam assuntos ligados à ditadura neste momento político. Para isso, foram selecionadas três publicações recentes que conjugam reflexões de diferentes autorias articuladas pelo eixo de discussão sobre o presente, a política, a memória e as implicações dessa relação complexa. Por ordem cronológica, o primeiro livro selecionado, publicado em 2019 com organização da historiadora e professora da Universidade Regional do Cariri (URCA), Sônia Meneses, foi o *História, Memória e Direitos*. Trata-se de uma obra derivada do Projeto Contemporaneidades e se define, segundo as palavras da própria organizadora, como fruto da provocação a autoras e autores em “pensar os usos do passado e os desafios do Brasil diante da crise social, política e cultural na qual nos encontramos” (MENESES, 2019, p. 12). Segundo a também historiadora Marta Gouveia Rovai, que assina o prefácio, o ensejo inicial resultou em um compilado de textos que trata



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



“uma problemática fundamental para o tempo presente: a importância do passado como algo em aberto e de cujos rastros nos apropriamos para disputar registros, espaços e projeto” (ROVAI, 2019, p. 7). Pelo tema amplo que regeu a publicação, 16 textos com diferentes abordagens trabalharam tópicos teóricos – como Avelar que se dedicou a pensar sobre a desafiadora questão da vítima e a perversão historiográfica ou Oriá e Marques, o primeiro tratando do direito à memória e o segundo da produção de sujeitos de direitos na lógica pós-colonial – e analisaram situações práticas – como ensino (Alberti), cordel (Melo; Brandão) ou partidos políticos (Pessoa Júnior).

Ainda respeitando a cronologia de lançamento, o segundo livro eleito foi *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*, o qual teve na organização a historiadora Bruna Schutz Klem e os historiadores Mateus Pereira e Valdei Araújo. O conjunto de textos que compõem a obra derivava-se do X Seminário Brasileiro de Teoria da História (SNHH) promovido pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), ocorrido no mês das últimas eleições, outubro de 2018. Segundo o grupo responsável pela publicação, o objetivo do livro era “[p]ensar a história enquanto ela acontece”. Consideravam como centro do debate a tentativa de “compreender melhor a eleição, o tempo e o governo Bolsonaro” (KLEIM et. al., 2020, p. 17). Por conta do mote inicial que o derivou, há uma nítida coesão entre os 14 textos escritos para a obra. Todos guardam uma preocupação em mobilizar reflexões da historiografia sobre o contexto das últimas eleições e ascensão do bolsonarismo. Do universo de capítulos, cinco relacionam-se centralmente com temas ligados à ditadura militar (MOTTA; VECHI; BAUER; SILVA; FARIA, 2020), o que demonstra o forte vínculo entre a argumentação construída pelo candidato eleito e o evento histórico em si.

Por fim, foi ainda selecionado o livro *Espectros da ditadura: da comissão da verdade ao bolsonarismo* que teve como organizadores o filósofo Edson Teles e o jurista Renan Quinalha, ambos professores na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Com o intuito de analisar os limites da Comissão Nacional da Verdade (CNV) como herdeira de limites mais longínquos, “compreendendo o processo de democratização de 1988 e a falência democrática de 2018, mediados pela CNV e os recentes retrocessos autoritários” (TELES e QUINALHA, 2020, p. 11), a obra reuniu 14 textos, derivados de diferentes áreas do conhecimento e de experiências políticas igualmente distintas, já que se trata de uma publicação que se esforçou para não se manter limitada aos acúmulos teórico-acadêmicos.



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Entre esses a experiência da(s) comissão (comissões) da verdade costurou a espinha dorsal da obra, abrindo possibilidades plurais de temáticas que irradiam do centro do debate.

Entre os três livros selecionados, portanto, constata-se a aproximação dos dois primeiros (MENESES, 2019; KLEM et. al., 2020) em relação à origem das reflexões, oriundas de olhares lançados desde o campo da história, ainda que contemplando temas diversos. Nesses, fica evidente que há um esforço declarado de contribuição ao debate historiográfico. Por outro lado, os dois últimos títulos (KLEM et. al, 2020; TELES e QUINALHA, 2020) apesar de não demonstrarem alinhamento no campo de pesquisa, já que a segunda obra é caracterizada pela interdisciplinaridade, aproximam-se no quesito da temática lançada para ensejar os textos, localizada fundamentalmente em questões políticas do presente ainda que com evidentes conexões com o passado recente – ou não tão recente.

À luz do material reunido, foi necessário estabelecer alguns filtros para a análise dos temas centrais que serão discutidos no próximo tópico do texto. A fim de contribuir com o problema desta reflexão, aparecerão a seguir apenas os textos assinados por historiadoras e historiadores que compõem os livros apresentados. Da mesma maneira foram eleitos os capítulos que promoveram a interação entre passado e presente, ou que, no limite, não desprezaram o tempo presente mesmo quando se tratou de investigações a respeito de um evento passado (ou como o passado é mobilizado na atualidade). A presente reflexão também adotou como filtro a circunscrição aos textos que se comprometeram a pensar em temas ligados à ditadura militar, desde que refletindo sobre suas continuidades, dilatações e transbordamentos no presente. Por fim, destaca-se que os textos elencados para a análise foram aqueles que ofereceram chaves metodológicas ou se desafiaram a apontar aportes teórico-historiográficos possíveis para as pesquisas que envolvem o presente. Em que pese o desenvolvimento dos filtros, mesmo com a aplicação desses nem todos os textos enquadrados aparecerão nas próximas páginas devido às limitações de espaço.

A questão do transbordamento das fronteiras temporais que delimitam passado-presente-futuro ronda parte considerável dos textos analisados. Ainda que não se trate propriamente de uma novidade teórica haja visto as contribuições de Sarlo sobre a guinada subjetiva relacionada ao tempo e à ação da memória ou mais recentemente de Bevernage sobre a possibilidade de enxergar a multiplicidade do tempo, é indiciário que a geração de historiadoras e historiadores do presente que estudem ditadura tenham assumido uma visão



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



crucial de rompimento com a sugestão política sobre a necessidade de virar a página a respeito do passado vivido. Igualmente marcante o fato de que atualmente o uso político desse passado não tem se resumido às manifestações sobre a necessidade de cumprir o direito à verdade, mas ao contrário tem sido mobilizado como “justificativa do projeto político” do presidente eleito (BAUER, 2020, p. 183), na defesa de promover a verdadeira história do Brasil, a qual ainda não foi contada, segundo o mesmo (MENESES, 2020, p. 44).

Este tema central, que ronda todos os textos selecionados e cotejados neste artigo desdobra-se em questões candentes para a história do tempo presente, como o lugar do testemunho, a inscrição de novas personagens neste quadro memorialístico, entre outras. Todo este repertório oferece novos desafios para as pesquisas em história e especialmente para aquelas localizadas no campo da História do Tempo Presente. Desafios esses que precisam ser considerados à luz de um contexto de descrédito às universidades, à ciência, à pesquisa, em que o “sujeito produtor de conhecimento” é atualmente “visto como enunciador suspeito do discurso” (MENESES, 2020, p. 54). Soma-se, ainda, o cenário premente de banalização das informações, com a propagação de notícias falsas - “o *fake* é um fato estruturante da vida contemporânea” (KLEM et. al., 2020, p. 18) e a ascensão da ideia de refundar o país e consequentemente reescrever sua história.

## **II. A HORA: DO ACONTECIMENTO QUE TRANSBORDA O TEMPO AO DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Há muito que as preocupações da história – ao menos em teoria – não se resumem à tentativa de compreender um passado específico sob a expectativa de que seria possível revisitá-lo e, então, narrá-lo como testemunha ocular. Pelo contrário, cada vez mais a história – como campo de pesquisa e produção de conhecimento – tem ocupado o posto de área capaz de oferecer interpretações sobre um acontecimento em sua relação com a passagem do tempo, mas sempre a partir de lentes e problemas colocados no presente, afinal falamos [como historiadoras e historiadores] sobre história estando na história (Certeau Apud Farge, 2011, p. 7). Entre as pesquisas em história sobre a ditadura militar e os eventos políticos e culturais subsequentes a esse acontecimento, é bastante recorrente a defesa de que o passado da ditadura não está fechado e, mais que isso, que não se trata de uma herança, mas de uma presença.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Ainda que o tempo seja a matriz de trabalho para as pesquisas desta área, outros campos também se preocupam com o tema: na Filosofia, Vladimir Safatle e Edson Teles (2010), empreenderam esforços em pensar sobre a presença da ditadura ao questionar o que resta do evento, concluindo que o processo impregna o presente justamente na constância da violência de Estado. Na mesma área, Jean Marrie Gagnebin (2014) defende que o esquecimento como política para o passado ditatorial “contamina o presente”. O jurista Renan Quinalha em apresentação recente ao Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME) também ressaltou as diferentes interpretações sobre como tal evento se inscreve no tempo e defendeu que a ideia de que a ditadura resta no presente já não supriria a explicação sobre um evento que não se restringe, de fato, a um passado<sup>5</sup>.

Desde o já citado *O que resta da ditadura*, todavia, Teles defende que calcular a presença do passado autoritário não se resume a uma equação fácil que contabilize o número de vítimas fatais – até porque, no Brasil, inclusive o dado oficial sobre o número de vítimas é motivo de questionamento. Para o filósofo, seria mais efetivo olhar atentamente para as permanências institucionais e perceber o que impede uma eventual ruptura. Com olhar historiográfico, Berber Bevernage dispõe sobre o tema iluminando os limites interpretativos impostos pelas unidades temporais e suas durabilidades fixas. A partir de um rompimento com a essencialização do tempo, o historiador defende a ideia sobre o que seria irrevogável.

A partir desse breve quadro teórico conseguimos apontar para uma forte tendência interpretativa sobre a presença do passado autoritário brasileiro em nosso presente, para parte significativa do campo da história e também para reflexões oriundas de outras áreas. É possível arriscar que tal presença tenha se feito ainda mais evidente a partir dos últimos acontecimentos políticos marcantes de nosso país, quando a ditadura passou a figurar como tema central de campanhas à presidência evidenciando uma polarização acirrada entre a defesa do passado autoritário e repressivo e a convicção sobre a necessidade de superação, porém não de esquecimento, de tais acontecimentos.

No epicentro dos debates sugeridos por todos os capítulos analisados nesta reflexão está justamente o comprometimento de todos eles com a tarefa de pensar os significados da

---

<sup>5</sup> Trata-se da *webconferência* chamada “O que resta da justiça de transição?”, de 30 de agosto de 2020, acessível no canal YouTube do Nuppome. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iw9nJKxz4mk>. Último acesso em 14 de março de 2021.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



ditadura no presente brasileiro à luz de um cenário que recupera o autoritarismo como alternativa política. Para a historiadora Marta Rovai, que prefacia o livro *História, Memória e Direitos*, a obra justifica-se em importância justamente pelo “contexto em que a ciência histórica e os testemunhos sobre eventos traumáticos estão sendo questionados e desqualificados por versões que desrespeitam os direitos humanos” (2019, p. 7). Não é sem motivos, portanto, que a própria capa do livro estampa a reconhecida placa aos moldes daquelas que nomeiam ruas com o nome de Marielle Franco pendurada na mão de uma estátua<sup>6</sup>: a imagem deflagra um hiato temporal, referenciando uma reconhecida ação de movimentos sociais que trocam placas de ruas pelo Brasil, substituindo aquelas nomeadas com nomes de apontados como autores de crimes da ditadura por nomes de vítimas do mesmo regime. Já para Klem e seus parceiros de publicação, *Do fake ao fato* destina-se a quem tiver preocupação em compreender melhor a eleição, o tempo e o governo Bolsonaro, a partir do compromisso do conjunto de autores “com a defesa da democracia e da pluralidade a ela inerente” (KLEM et. al., 2020, p. 17). A capa, além de levar o sobrenome do presidente eleito no título, também expõe sua silhueta, marcando com veemência o tema central que, neste texto, chamo de “caos político”<sup>7</sup>. Também Teles e Quinalha apresentam a própria publicação pontuando os “recentes retrocessos autoritários” e tratando a ditadura como um espectro do presente, o que é exposto na capa com uma clássica foto sobre a ditadura - mas aqui com aparência pixelada - de uma pessoa fardada, com foco em sua mão, que pega um cassete que está na cintura - em um plano a frente está uma marca de sangue escorrendo<sup>8</sup>.

De maneira geral, é possível pensar que todas as publicações comprometem-se com certa ruptura em relação à visão clássica das divisões temporais essencializantes. Ao passo que *Espectros da ditadura* é objetivo ao afirmar na apresentação que “o livro questiona e desorganiza temporalidades bem demarcadas de passado, presente e futuro” (TELES e QUINALHA, 2020, p. 13), *Do fake ao fato* elabora uma fundamentação sobre a “temporalidade multidimensional”, conceito no qual o presente não poderia ser visualizado de maneira encapsulada, prevendo um atravessamento deste por futuros e passados (KLEM et. al., 2020, p. 17 e 18). No decorrer dos capítulos dos três livros observamos que a concepção

<sup>6</sup> Foto de Nayani Teixeira / Unsplash.

<sup>7</sup> Capa de Bruno César Nascimento.

<sup>8</sup> Capa de Sobinfluência/Rodrigo Corrêa.





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



materializa-se em diferentes caminhos de pesquisa e transita por distintas temáticas exploradas de forma não uníssona por autoras e autores.

\*\*\*

Com centralidade na expectativa de compreensão sobre a figura de Bolsonaro, Daniel Faria em seu *Anamorfose do dia 08 de maio de 1970 – ou: o mito em posição de alerta* e Caroline Bauer em seu *Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro* sinalizam uma espécie de jogo de refração e distensão do tempo quando se trata da evocação do passado ditatorial pelo presidente. Abre-se aqui um parêntesis para citar alguns usos narrativos do passado ditatorial como recurso político por Bolsonaro desde antes da campanha à presidência: i) como as referências à família Paiva, também moradora da cidade de Eldorado dos Carajás, e apontada pelo político como financiadora do grupo guerrilheiro de Lamarca; ii) o anúncio “quem procura osso é cachorro” colocado na porta do gabinete do então deputado, Jair Bolsonaro, em menção às buscas por pessoas desaparecidas durante a ditadura ou, ainda, iii) a polêmica sobre o Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, desaparecido político de quem o presidente afirmou ter informações a respeito das circunstâncias de morte<sup>9</sup>.

Nesse ínterim, o capítulo de Faria, ao recorrer ao *tempo estilhaçado* para (re)traçar a narrativa do dia referido no título explora a perseguição à Lamarca no Vale do Ribeira, história que consta em muitos discursos do presidente e que figurou como reforço positivo de sua dita atuação em oposição à luta armada desde a juventude (ainda que apresentando mudanças substanciais no decorrer do tempo e nas diferentes circunstâncias em que narrou o passado). Para o autor, pensar no desdobramento daquele dia em outros “a partir de e a

---

<sup>9</sup> Em relação ao “i”, mais informações podem ser encontradas no podcast *Retrato Narrado*, que conta sobre as transformações discursivas de Bolsonaro a respeito do episódio envolvendo a família Paiva e também o guerrilheiro Lamarca. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/retrato-narrado/>. Acesso em 29 de março de 2021. Sobre o tópico “ii”, trata-se de uma placa fixada pelo então deputado na entrada de seu gabinete em referência provocativa à, naquele momento, recente ação estatal de busca de pessoas desaparecidas em razão da Guerrilha do Araguaia, como pode ser visto na matéria a seguir: <https://noticias.uol.com.br/politica/2009/05/28/ult5773u1291.jhtm>. Acesso em 29 de março de 2021. Já a questão “iii” diz respeito a uma declaração do presidente afirmando que saberia as circunstâncias de desaparecimento de de Santa Cruz, referindo-se a seu filho, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que foi matéria de muitas notícias jornalísticas como: <https://www.migalhas.com.br/quentes/307609/bolsonaro-afirma-que-pai-de-santa-cruz-desapareceu-pelas-maos-do-proprio-movimento>. Acesso em 29 de março de 2021.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



contrapelo de sua monumentalização pelo mito político” faria sentido em uma lógica de pensar a disseminação da data em outros dias “entre seus passados rememorados, atualizados, obsoletos: o contexto, mesmo que inventado posteriormente, de nascimento insólito de um desejo de tirania” (2020, p. 103). Para o historiador, essa passagem trata o movimento do passado que retorna ao presente “como um tempo em *looping*” (2020, p. 110).

Por sua parte, Bauer recorre a um sentido de expansão do acontecimento passado, que se ampara na teoria sobre a memória aberta que tem sido batalhada por diferentes grupos que desejam imprimir um entendimento específico sobre o evento para as gerações futuras. Ao expor o manejo dos acontecimentos passados no cenário político – sobretudo dos períodos eleitorais –, pontuando as mudanças interpretativas a respeito do que poderia ou não ser positivado a respeito daquelas experiências, a historiadora aponta para certa constância do “relato elaborado pelas Forças Armadas” mesmo considerando a ampla difusão de produções testemunhais que se opõem a tal relato: nesse meio, a ditadura não é negada, mas justificada (p. 188-9). Nesse cenário que instrumentaliza o passado, há uma retração do tempo: a “violência simbólica está presente nas disputas de memória sobre o passado da ditadura e nos usos do passado” (p. 200).

Ambos os textos lançam a possibilidade de pensar em uma dinâmica de retração e distensão do acontecimento ao longo do tempo: mais que contaminar o presente, ele está no presente (ainda que no discurso, nos argumentos ou nas lembranças). Para além da figura do político em questão, o raciocínio nos convida a questionar também como parcela significativa da população passou a apoiar com mais veemência a experiência ditatorial. A fim de enveredar pela indagação, Meneses e Melo buscaram interpretar como tais “apropriações ordinárias” se dão no cotidiano por meio da análise de comentários em matérias jornalísticas sobre o coronel Brilhante Ustra e Dom Paulo Evaristo Arns, constatando que é possível que estejamos vivendo “novas configurações de memória dispersa nesse confuso universo virtual, para qual o passado e o presente se misturam de maneira desconcertante” (MENSES e MELO, 2019, p. 52). O cenário lançaria desafios particularmente direcionados à História, submetida às pressões do hiperpresente, concluem<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Os desafios mais especificamente colocados para as pesquisas em História também aparecem na reflexão de Alexandre de Sá Avelar em seu *Para falarmos de incômodos. Memória, vítima e perversão historiográfica*



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



\*\*\*

Um aspecto sobre o passado ditatorial que é reiteradamente transformado, ampliado e revisitado ao longo dos anos pós-ditadura é o balanço sobre quem são as vítimas da repressão de Estado. Tal itinerário de conformação desse balanço, como se sabe, foi construído por movimentos sociais, órgãos institucionais brasileiros ligados à reparação e até mesmo órgãos internacionais. À luz dos acontecimentos do presente – e de toda a experiência de consolidação e constante alteração a respeito desse balanço – é possível perceber como debates públicos do presente tem possibilitado um maior alcance de certos temas na esfera em que se dá a formulação dos limites do que seria possível entrar na categoria vítima ou de pessoas atingidas pela repressão do período autoritário. Um clímax recente que acendeu e fixou o tema no cenário intelectual e político foi a publicação do relatório final da CNV e a circunscrição do mapa geral das vítimas fatais, restrito a 434 pessoas naquele momento. Entre os nomes não figura de maneira expressiva setores que excedem ao padrão mais conhecido de pessoas mortas e desaparecidas por motivos políticos: operários, estudantes, guerrilheiras e guerrilheiros. A exclusão de alguns grupos, como camponeses e indígenas, foi alvo de intensas críticas e já despontam como pesquisas acadêmicas que tentam dar conta da questão e apontam, de maneira geral, a maneira como o relatório final consagrou as 434 vítimas enquadradas nos critérios da CNV ao passo que relegou ao “apêndice” do material - o segundo volume do Relatório Final - a consideração às famílias trabalhadoras do campo, às comunidades indígenas, entre outros que constam apenas no segundo volume, de textos temáticos.

Na esteira das produções acadêmicas recentes, os textos cotejados para esta reflexão tensionam tais fronteiras. De maneira mais geral, Avelar, em texto já mencionado, faz a crítica à domesticação da figura pública da vítima, sugerindo que é comum sua redução a este aspecto. Já Lucas Pedretti em *Violência de Estado e racismo* explora a marginalização histórica da questão racial no bojo de temáticas possíveis de serem analisadas à luz da anistia

---

(2019) e na reflexão de Rodrigo Patto Sá Motta em *A história no olho do furacão* (2020). Para o primeiro seu farol também aponta para o choque estabelecido entre a crescente valorização do passado ditatorial e a frustrada máxima de que a história poderia ser antídoto para tal comportamento enquanto Motta contata a coexistência entre desafios teóricos, epistemológicos, éticos, político, didáticos e até jurídicos para quem decidiu pesquisar em História.



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



e das comissões da verdade em um país onde a repressão e ação violenta por parte do Estado especialmente voltada para alguns setores sociais é uma constante. Janaína Teles também enfrenta a questão em *Superando o legado da ditadura militar*, com foco voltado para como se deu a exclusão da temática racial desde o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Por fim, o responsável por um capítulo a respeito da homossexualidade na CNV, James Green registra o esforço assumido por ele, junto a Quinalha, na pesquisa e redação de capítulos sobre a perseguição à comunidade LGBTQIA+ como uma novidade entre os materiais oriundos de comissões da verdade. O fenômeno de revisitação do passado para registrar no presente novos olhares sobre o que estava, de alguma maneira, nublado revela uma dinâmica que promove o transbordamento do evento histórico para além das fronteiras de sua unidade temporal. Tal interesse desponta a partir de demandas da atualidade.

### **III. APONTAMENTOS FINAIS: DESAFIOS E INSPIRAÇÕES PARA PESQUISAR E PRODUZIR EM HISTÓRIA**

Escrever sobre a história que se vê acontecer enquanto ela acontece é um dos desafios da História do Tempo Presente, ainda que já trabalhemos com certo consenso de que uma narrativa sobre determinado acontecimento jamais poderá esgotar as interpretações sobre o mesmo. De qualquer maneira, soma-se como obstáculo para este feito, escrever sobre um passado recente aceso, quase vivo, que circula em diferentes versões e com diferentes enfoques políticos.

Dos livros cotejados nesta análise, sobressai o fato de estarem majoritariamente alinhados a respeito de como miram o tempo, suas fronteiras e seus pontos de conexão. Com o transbordamento do evento histórico (no caso, a ditadura militar) para além da fronteira de sua unidade temporal (o passado), o acontecimento passa a ganhar novos contornos no hoje com pesquisas regidas a partir da percepção sobre um momento político em que parcela da população reverencia aquele passado e sua dimensão de violência extrema. Talvez mais do que nunca vivamos um espaço e tempo de disputa memorialística a respeito da ditadura e talvez possamos perceber nessa disputa um solo fértil para reposicionar questões teóricas, de revisitações a acontecimentos de um passado que ainda importa e é latente.

No jogo de afastamento e aproximação entre o passado do acontecimento e seu transbordamento, que atinge o presente, parece residir no conjunto de textos aqui analisado



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



uma revisão da crença na máxima “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Não se trata de esvaziar a frase - que é empunhada por movimentos de memória, verdade e justiça e também circulou academicamente -, mas de repensar a justificativa que a alicerçava: conhecer o passado não necessariamente ocasionará a repulsa sobre as violências. Trata-se, portanto, de reposicionar o desafio historiográfico e ético de dar lugar aos acontecimentos do passado.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Alexandre de Sá. Para falarmos de incômodos: Memória, vítima e ‘perversão historiográfica’. In: MENESES, Sonia. (org.). **História, Memória e Direitos**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

BAUER, Carolina Silveira. Usos do passado da ditadura militar brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEM, Burna et. al (orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

BEVERNAGE, Berber. **História, Memória e Violência de Estado: Tempo e Justiça**. Serra: Editora Milfontes / Mariana: SBTHH, 2018.

BENETTI, Pedro et. al. As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro: entre a negação e o desmonte”. **Revista Mural Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 11, 2020.

CATEB, et. al. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia no primeiro ano do governo Bolsonaro. In: TELES & QUINALHA. **Espectros da Ditadura: da comissão da verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FARGE, Arlete. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editoria, 2011.

FARIA, Daniel. Anamorfose do dia 08 de maio de 1970 - ou: o mito em posição de alerta. In: KLEM, Burna et. al (orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

GAGNEBIN, Jean Marie. **Limiar, aura e rememoração: Ensaio sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GREEN, James. Homossexualidades e Comissão Nacional da Verdade. Um testemunho sobre militâncias LGBTQ+ e as esquerdas brasileiras. In: TELES, Edson e QUINALHA, Renan.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**Espectros da ditadura:** da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MENESES, Sonia. **História, Memória e Direitos.** São Paulo: Letra e Voz, 2019.

MENESES, Sonia e MELO, Egberto. História, memória e leituras do passado: o que os embates sobre Dom Paulo Evaristo Arns e o coronel Brilhante Ustra nas redes sociais podem nos ensinar? In: MENESES, Sonia. (org.). **História, Memória e Direitos.** São Paulo: Letra e Voz, 2019.

PEDRETTI, Lucas. Violência de Estado e racismo em dois momentos das lutas e políticas de memória no Brasil. In: TELES, Edson e QUINALHA, Renan. **Espectros da ditadura:** da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson. **O que resta da ditadura?** A exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

SCHINEIDER, Nina. Bolsonaro in Power: Failed Memory Politics in Post-Authoritarian Brazil? **Modern Languages Open**, (1), p. 25, 2020.

TELES, Janaína. Superando o legado da ditadura brasileira? A Comissão da Verdade brasileiro e os limites do debates político e legislativo no Brasil. In: TELES, Edson e QUINALHA, Renan. **Espectros da ditadura:** da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.